

Publicação retificadora devido ao erro de diagramação deste jornal na edição nº 10.623 divulgada em 22/03/2017.

Barigüi Financeira

BARIGÜI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
CNPJ: 00.556.603/0001-74 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Financeira submete à apreciação de V. Sas. às Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores externos, referentes ao semestre e exercício findos em 2016.

O presente relatório alcança os dados consolidados das entidades componentes do Conglomerado Financeiro Barigüi, integrado pela própria Barigüi Financeira e também a Barigüi Companhia Hipotecária, sob a liderança da primeira.

Cumprindo o papel de uma Companhia de Crédito, Financiamento e Investimentos, a Barigüi Financeira vem operando no crédito pessoal a servidores públicos e beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, este o seu principal produto, representando mais de 95% do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com forte concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentam atrasos nos repasses das folhas de pagamento e consequente nível reduzido de inadimplência.

No que tange ao Conglomerado, a outra instituição integrante, Barigüi Companhia Hipotecária, participante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de créditos imobiliários, tendo como "funding" captações via letras de crédito imobiliário (LCIs). Esta sociedade permanece expandindo seus negócios e contribuiu de forma importante (cerca de 46%) para o resultado positivo do Conglomerado.

O lucro do exercício da Barigüi Financeira, já reconhecendo os resultados advindos do seu controle sob a Cia Hipotecária, foi de R\$ 8.585 mil, antes da distribuição dos Juros Sobre o Capital Próprio, sendo que estes alcançaram 3.260 mil. Tal resultado proporcionou uma rentabilidade de 19% sobre o patrimônio líquido médio. O índice de Baseleia alcançou 16,95%, que, conjugado com opção por manutenção de nível elevado (próximo ao Patrimônio Líquido) de recursos imediatamente disponíveis, refletiu a possibilidade de expansão de negócios e propicia aproveitamento de oportunidades que possam surgir em decorrência do cenário de incertezas por que passa a economia nacional.

Agradecemos a dedicada colaboração de todos que contribuíram para a obtenção dos resultados verificados no referido exercício, em especial ao corpo de funcionários e estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Curitiba (PR), 20 de março de 2017.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor PresidenteDEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	INDIVIDUAL			CONGLOMERADO		
	2ºSem16	2016	2015	2ºSem16	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	31.432	60.426	60.869	52.146	103.787	94.404
Operações de crédito	7.7	27.318	52.894	53.032	47.283	95.477
Renditas com aplicações interfinanceiras de liquidez	6.c	3.865	6.985	6.698	3.859	7.008
Resultado com títulos e valores mobiliários	6.c	249	547	1.139	249	547
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	-	-	-	755	755
Despesas da intermediação financeira	(19.132)	(39.220)	(43.259)	(30.734)	(63.548)	(62.250)
Operações de captação no mercado	13	(17.849)	(34.982)	(32.279)	(28.782)	(48.459)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	(1.283)	(3.591)	(5.538)	(1.952)	(5.626)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(647)	(5.465)	-	(647)	(5.465)	-
Operações de venda ou transferência de ativo financeiro	(440)	(490)	(542)	(656)	(995)	(1.024)
Resultado bruto da intermediação financeira	12.300	21.206	17.610	21.412	40.239	31.790
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.373)	(9.521)	(13.146)	(25.914)	(20.752)	(20.752)
Receita de prestação de serviços	5	6	3	422	936	764
Despesas de pessoal	(1.771)	(3.647)	(3.950)	(3.178)	(5.791)	(5.331)
Despesas administrativas	21	(4.878)	(10.326)	(10.117)	(9.314)	(16.544)
Despesas tributárias	(615)	(1.108)	(1.084)	(1.118)	(2.214)	(1.956)
Resultado de participação em coligadas e controladas	10	1.117	3.935	4.400	-	-
Outras receitas operacionais	209	282	1.769	698	1.370	3.249
Outras despesas operacionais	(440)	(490)	(542)	(656)	(995)	(1.024)
Resultados não operacionais	3	(16)	411	(1.632)	(2.050)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	5.930	9.842	8.500	6.634	12.275	11.045
Imposto de renda e contribuição social	22	(1.271)	(860)	(303)	(2.761)	(2.489)
Imposto de renda - corrente	(306)	(407)	(24)	(907)	(2.481)	(2.234)
Contribuição social - corrente	(272)	(361)	(6)	(500)	(1.154)	(783)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(693)	(92)	(273)	(241)	874	528
Participações nos lucros	(207)	(397)	(350)	(396)	(642)	(473)
Lucro líquido do semestre e exercícios	4.452	8.585	7.338	4.560	8.872	8.083
Juros sobre capital próprio	(1.725)	(3.260)	(2.398)	(1.725)	(3.260)	(2.398)
Quantidade de ações	23.000	23.000	23.000	-	-	-
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1	0,193	0,373	0,319	0,203	0,403	0,351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AO
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2015	20.000	-	1.506	17.252	7.838	38.758
Lucro líquido	-	-	-	-	7.838	7.838
Por subscrição realizada	-	3.000	-	(3.000)	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	392	4.745	(5.137)	(2.398)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(390)	(390)	(693)
Dividendos	-	-	-	-	(303)	(693)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	20.000	3.000	1.898	18.617	48.545	89.060
Mutações do exercício	-	3.000	392	1.365	4.757	9.514
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016	20.000	3.000	1.898	18.617	43.515	86.030
Lucro líquido	-	-	-	-	8.585	8.585
Aumento de capital	3.000	(3.000)	-	-	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	429	4.602	(5.031)	(294)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.260)	(3.260)	(6.544)
Dividendos	-	-	-	(294)	(294)	(598)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	23.000	-	2.327	23.219	48.545	97.091
Mutações do exercício	3.000	(3.000)	429	4.602	(5.031)	3.000
SALDO EM 1 DE JULHO DE 2016	23.000	-	2.104	20.865	45.969	72.938
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.452	4.452
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	223	2.354	(2.577)	(254)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.725)	(1.725)	(3.302)
Dividendos	-	-	-	(150)	(150)	(300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	23.000	-	2.327	23.219	48.545	97.091
Mutações do semestre	-	-	(223)	(2.354)	(2.577)	(5.154)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Individual		Conglomerado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				
Circulante	144.458	132.348	190.096	181.253
Disponibilidades	4	1.819	879	2.442
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	70.657	49.813	56.431
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	70.657	56.431	44.992
Títulos e valores mobiliários	6	-	2.699	2.699
Cotas de fundos de investimentos	7	68.700	74.932	118.008
Operações de crédito	7	70.979	63.020	121.970
Sector privado	8	1.494	1.830	3.062
Operações de crédito vinculadas a cessão	(2.279)	(3.514)	(3.962)	(5.291)
(-) Provisão para perdas em operações de crédito	8	1.494	1.830	3.062
Outros créditos	9	928	529	2.020
Créditos tributários	9	666	1.201	2.067
Diversos	9	1.788	2.195	9.112
Outros valores e bens	-	-	-	8.051
Bens não de uso	-	-	-	(1.569)
(-) Provisão para desvalorização de bens	-	-	-	157.064
Outros valores e bens	-	-	-	142.742
Não circulante	157.064	152.921	289.242	255.587
Realizável a longo prazo	6	142.742	141.613	288.496
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	755
Instrumentos financeiros derivativos	7	138.786	135.796	278.728
Operações de crédito	7	140.492	137.414	283.983
Sector privado	8	(1.706)	(1.618)	(5.203)
Operações de crédito vinculadas a cessão	8	(1.289)	(1.799)	(2.854)
Outros créditos	9	517	536	604
Diversos	9	1.099	1.590	2.987
Créditos tributários	9	(327)	(327)	(327)
Outros valores e bens	9	2.667	4.018	6.097
Outros valores e bens	-	-	-	2.612
Bens não de uso	-	-	-	950
(-) Provisão para desvalorização de bens	-	-	-	(729)
Outros valores e bens	-	-	-	14.322
Investimentos	-	-	-	13.723
Participação em controlada	10	13.723	10.768	3
Outros investimentos	11	503	436	571
Imobilizado de uso	11	1.468	1.357	1.596
Outros imobilizações de uso	12	(965)	(921)	(1.025)
Intangível	-	-	-	96
Licenciamento e uso de software	-	-	-	414
(-) Amortização acumulada	-	-	-	(318)
Total do ativo	301.522	285.269	479.338	436.840
Passivo				
Circulante	95.726	91.029	161.383	126.875
Depósitos	13.a	25.488	27.693	25.488
Depósitos interfinanceiros	-	-	23.110	23.110
Depósitos a prazo	13.b	25.488	4.583	25.488
Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	62.243	44.370	122.103
Recursos de letra de câmbio	-	-	-	62.243
Recursos de letra de crédito imobiliário	-	-	-	44.370
Outras obrigações	-	-	-	7.995
Coatização e arrecadação de títulos assemelhados	-	-	-	9
Sociais e estatutárias	-	-	-	3.278
Fiscais e previdenciárias	14	648	460	2.627
Diversas	15	4.060	16.958	7.645
Não circulante	157.250	150.725	268.534	265.763
Exigível a longo prazo	13.a	157.250	150.725	268.534
Depósitos	-	-	-	22.192
Depósitos a prazo	-	-	-	22.192
Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	155.854	127.599	264.882
Recursos de letra de câmbio	-	-	-	155.854
Recursos de letra de crédito imobiliário	-	-	-	127.599
Outras obrigações	-	-	-	1.396
Diversas	15	782	409	3.058
Divida subordinada elegível a capital	16	614	615	614
Patrimônio líquido	18	48.546	43.515	49.421
Capital social	18.a	23.000	23.000	23.000
De domiciliados no país	-	-	-	23.000
Aumento de capital	-	-	-	3.000
pendente de aprovação BACEN	-	-	-	3.000
Reservas de capital	-	-	-	25.546
Reservas de lucro	18.b	2.327	1.898	2.367
Reserva legal	18.c	23.219	18.617	23.545
Outras reservas de lucro	-	-	-	20.187
Total do passivo	301.522	285.269	479.338	436.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Individual			Conglomerado		
	2ºSem16	31/12/2016	31/12/2015	2ºSem16	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.452	8.585	7.838	4.560	8.872	8.083
Lucro líquido do semestre/exercício	-	-	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	86	157	163	99	181	184
Equivalência patrimonial	(1.117)	(3.935)	(4.400)	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.283	3.591	5.538	1.952	5.626	8.349
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	405	478	115	356	488	131
Provisão para riscos civis, fiscais e trabalhistas	578	768	30	1.437	3.635	3.017
Imposto de renda e contribuição social diferidos	693	92	273	241	(874)	(528)
Participação dos empregados a prazo	207	337	358	396	642	473
Pagamento de imposto de renda e contribuição social (Aumento) redução nos ativos operacionais:	(557)	(833)	(555)	(1.084)	(1.883)	(1.412)
Redução títulos e valores mobiliários	7.627	2.699	3.740	6.872	1.944	3.740
(Aumento) redução operações de crédito	946	1.959	6.894	(28.843)	(32.534)	(42.773)
(Aumento) redução outros créditos	1.188	154	(157)	544	(1.061)	(1.520)
(Aumento) redução outros valores e bens	972	1.824	2.388	(1.939)	(2.694)	(316)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	(9.646)	(23.111)	2.085	9.461	(23.111)	2.085
Aumento (redução) depósitos interfinanceiros	(506)	(1.197)	(30.865)	(506)	(1.197)	(30.865)
(Redução) depósitos a prazo	8.868	46.129	51.707	8.868	46.129	51.707
Aumento						

(b) Descrição das principais práticas de consolidação

Na elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Financeiro foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cost, instituído pela Circular nº 1.476/15 do BACEN. As demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro em 31 de dezembro de 2016 abrangem as demonstrações da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, da Barigui Companhia Hipotecária e da Barigui Gestão de Recursos, sendo que esta última encontra-se em fase pré-operacional. O valor total do ativo, passivo líquido e o lucro líquido das entidades que compõem as Demonstrações Consolidadas antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Total do Ativo	301.522	285.269	108.938	172.421
Total do Passivo	252.976	241.754	194.343	160.970
Total do Patrimônio Líquido	48.546	43.515	14.595	11.451

Os saldos das demonstrações financeiras individuais das empresas envolvidas, entre a Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e a Barigui Companhia Hipotecária foram eliminados nas demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro. (c) Base para compilação e formação das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro. As demonstrações financeiras referentes ao Conglomerado Financeiro utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram compiladas a partir das demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016. Estas demonstrações financeiras (Conglomerado Financeiro Barigui) devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais das empresas envolvidas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo Banco Central do Brasil. Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 20 março de 2017.

3 Principais práticas contábeis - Individual e Consolidado

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a processos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado
O regime contábil de apuração do resultado é de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:
• **Mantidos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem vendidos a frequentes intervalos de tempo, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
• **Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)
As operações com derivativos, praticadas pelo Conglomerado Barigui, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes de custos relativos aos contratos são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre ou exercício. A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a natureza de preços no mercado, os dados divulgados pelas diversas fontes, as associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa
(i) **Operações de crédito - esta registrada por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia.** As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. As principais operações de crédito da Financeira são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas e as principais operações de crédito da Companhia Hipotecária são compostas por financiamentos imobiliários, com alienação fiduciária, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.
(ii) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa.** Foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma: é considerada a contagem em dobro para contratos com prazos vencendo superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.
As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no máximo, cinco anos.

(iii) **Operações vendidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.**

g. Despesas antecipadas
Correspondem principalmente a:
(i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação; e
(ii) As comissões pagas a correspondentes credenciadas são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeito deste diferimento é 31 dias. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Baci 3.378/14, conforme abaixo:
• **2015:** reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atida e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;
• **2016:** reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atida e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e
• **2017:** reconhecer o valor total da comissão paga integralmente, como despesa.

h. Investimentos
Os investimentos em controlada foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

i. Ativo imobilizado
Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bem. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Equipamentos de informática	20%	20%	20%	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%	10%	10%	10%
Veículos	10%	10%	10%	10%
Gastos de organização e expansão	20%	20%	20%	20%

6. Títulos e valores mobiliários
a. Títulos e valores mobiliários
Em 31 de dezembro de 2015, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas, a qual se classificava em "Classe Júnior", no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado (FIDC), conforme apresentado abaixo:
Descrição
Nº de quota Valor da quota Saldo em 31/12/2015
Cotas subordinadas - classe junior 1.047,25 2.577,48 2.699

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período de tempo. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia), ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

k. Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).

l. Transação de cessão venda ou transferência de ativos financeiros
A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, foram classificadas, considerando as suas características, na categoria de cessão abaixo:
• **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** operações em que o resultado retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.
A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios da propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro em grupo identificável e ao fluxo de caixa esperado de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.
Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

n. Depósitos e captações no mercado aberto
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

o. Recursos de aceites e emissão de títulos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

p. Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

q. Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto em situações excepcionais que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

r. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

s. Provisões - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

t. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas em andamento e os impostos diferidos relativos a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

u. Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

v. Provisão para impostos de contribuição social sobre o Lucro Líquido
A provisão para imposto de renda foi constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, e para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016 considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.129/15. A partir de 2019 a alíquota retorna para 15%. A Barigui Hipotecária utiliza a alíquota-base de 9% do lucro tributável para a constituição da contribuição social, conforme legislação em vigor.

Impostos diferidos
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.
Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributárias e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação vier a ser substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira estaria, no final de cada período de relatório, a recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

r. Estimativas contábeis
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	Individual	Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	3	8
Depósitos bancários	1.816	2.434
Depósitos interfinanceiros (a)	70.557	49.813
TOTAL	72.376	56.295

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como aplicações interfinanceiras de liquidez.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

	Individual	Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015
Título Taxa Curto Prazo	31/12/2016	31/12/2015
Dl (pós) 101% CDI	66.105	101% CDI
101% CDI	45.812	48.777
TOTAL	111.917	150.587

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como aplicações interfinanceiras de liquidez.

6. Títulos e valores mobiliários
a. Títulos e valores mobiliários
Em 31 de dezembro de 2015, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas, a qual se classificava em "Classe Júnior", no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado (FIDC), conforme apresentado abaixo:
Descrição
Nº de quota Valor da quota Saldo em 31/12/2015
Cotas subordinadas - classe junior 1.047,25 2.577,48 2.699

de 2016, foi aprovada a liquidação do FIDC, nos termos de seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas.

b. Instrumentos financeiros derivativos
A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swaps", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na CETIP. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir (não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em 2015):

	referencial	Contas de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)
Posição ativa IGP/M	29.275	31.146	755
Posição passiva CDI	29.275	30.391	7837

c. Resultado com aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários

	Nota	2º sem 2016	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.865	6.985	6.696
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	249	547	1.139
Total		4.114	7.532	7.835

7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	Individual	Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015
Capital de giro	322	107.547
Crédito pessoal CDC	209.806	207.873
Financiamentos imobiliários	1.343	7.186
Total	211.471	215.860

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

	Individual	Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015
Indústria	225	0,11%
Comércio	128	0,12%
Outros setores	258	0,06%
Total	211,471	100,00%

A taxa mínima praticada pela Financeira nos contratos firmados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 1,3823% a.m. e a taxa máxima foi de 4,4000% a.m. (em 31 de dezembro de 2015 a taxa mínima foi 1,4901% a.m. e a taxa máxima foi de 4,1599% a.m.), enquanto que para os contratos firmados pela controlada a taxa mínima no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 2,99% a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m. (em 2015 taxa mínima 0,4583% a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m.). No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 27.318 e R\$ 92.894 (R\$ 53.032 em 31 de dezembro de 2015) e no Conglomerado Financeiro no montante de R\$ 47.283 e R\$ 95.477 respectivamente (R\$ 86.755 em 31 de dezembro de 2015).

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:
c.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Individual	Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(5.158)	(5.132)
Constituição	(1.283)	(3.591)
Baixa para prejuízo	2.456	(3.985)
Total	(3.985)	(5.132)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 855 e R\$ 1.553 (R\$ 905 em 31 de dezembro de 2015), e no conglomerado financeiro o montante de R\$ 1.174 em 31 de dezembro de 2015) e no Conglomerado Financeiro o montante de R\$ 1.174 em 31 de dezembro de 2015) e no Conglomerado Financeiro o montante de R\$ 1.174 em 31 de dezembro de 2015) e no Conglomerado Financeiro o montante de R\$ 1.174 em 31 de dezembro de 2015).

c.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	Individual	Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015
A vencer:		
Até 3 meses	19.201	21.463
De 3 a 6 meses	50.138	54.220
De 6 a 12 meses	86.235	86.621
De 12 a 36 meses	40.883	42.470
de 36 a 15 anos	13.744	6.323

c.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa por rating.
O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

	Individual	Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015
Nível Situação Provisão	31/12/2016	31/12/2015
A Normal	0,50%	188
B Normal	1,00%	2.179
C Normal	3,00%	1.225
D Normal	10,00%	65
E Normal	30,00%	54
F Normal	50,00%	25
G Normal	70,00%	14
H Normal	100,00%	56
Total	225	158

d. Gestão do Crédito - FIDC
Em conformidade com a Assembleia Geral de cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho de 2016 ("AGC"), foi aprovada a liquidação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, nos termos de seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino Classe "A", referentes à 1ª série, emitidas com prazo de duração de 60 meses, ambas com vencimento em junho 2016, foram remuneradas integralmente em conformidade com as taxas previstas e indicadas na colocação no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 (1,0578% e 1,1023% respectivamente (1,3164% e 1,2843% em 31 de dezembro de 2015). Essas operações auferiram renda no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 3.391 e R\$ 5.753 respectivamente (R\$ 3.190 em 31 de dezembro de 2015). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

8 Outros créditos
O saldo da conta "outros créditos diversos" está composto pelos seguintes valores:
Individual
31/12/2016 31/12/2015
Circulante
Adiantamentos e antecipações salariais 68 36 157 115
Créditos tributários (nota 22c) 928 529 2.020 763
Impostos a compensar 263 703 263 925
Títulos e créditos a receber (a) 72 51 1.015 51
Devedores diversos (b) 59 57 618 139
Outros (c) 104 454 30 248
Total 1.494 1.830 4.103 2.241
Não circulante
Títulos e créditos a receber (a) 327 327 365 327
Créditos tributários (nota 22c) 1.099 1.590 2.587 2.970
Provisão para outros créditos (327) (327) (327) (327)
Outros (c) 190 209 239 225
Total 1.289 1.729 2.854 3.202

(a) Os valores inscritos em "Títulos e Créditos a Receber", tanto no circulante como no não circulante, representam, basicamente, (i) R\$ 151 referentes a falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2015) e (ii) R\$ 248 representam valores sem características de concessão (R\$ 248 em 31 de dezembro de 2015), este valor encontra-se provisionado para perda em sua totalidade, por se tratar de negociações com lojistas, que estão mantidos em processos de cobrança. Na controlada, tratam-se de venda de imóveis parcelados no montante de R\$ 981 em 31 de dezembro de 2015, não há saldos comparativos).
(b) Os valores inscritos em "devedores diversos" estão representados no individual basicamente por: (i) R\$ 4 em créditos devolvidos nos recebimentos de parcelas (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2015); e (ii) R\$ 55 corresponde a valores pagos para os processos de execução de garantias (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2015). Para o conglomerado são os seguintes: (i) serviços de terceiros na contratação de operações de créditos no montante de R\$ 506 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2015); (ii) pagamentos de custas com cartão R\$ 35 dos quais R\$ 190 referem-se a bloqueios judiciais (R\$ 127 em 31 de dezembro de 2015); (iii) R\$ 65 referem-se a dividendos a receber (R\$ 249 em 31 de dezembro de 2015); (iv) R\$ 30 referem-se a devedores para compra de valores e bens (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2015); e (v) R\$ 8 são valores a receber de sociedades ligadas (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2015). No conglomerado são compostos por: (i) R\$ 30 referem-se a devedores para compra de valores e bens (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2015); (ii) R\$ 239 referem-se a bloqueios judiciais.

9 Outros valores e bens
O saldo do grupo "Outros valores e bens" está composto por bens não em uso e despesas antecipadas, conforme segue:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Despesas antecipadas	5	6	5	6
Seguros	20	41	20	41
Serviços especializados	0	30	0	86
Corretagens	5	70	5	72
Estruturação FIDC	0	242	0	3.545
Comissões (a)	1.760	706	2.552	3.545
Outros	3	3	3	3
Imóveis (b)	0	8.051	0	4.106
(-) Prov. para desvalorização de bens (c)	-	(1.569)	-	-
Total	1.788	2.195	9.112	7.856
Não circulante				
Despesas antecipadas:				
Corretagens	13	16	65	95
Comissões (a)	2.599	3.914	3.855	5.540
Imóveis (b)	784	850	3.123	1.577
(-) Prov. para desvalorização de bens (c)	-	(702)	-	(1.200)
Total	2.567	4.018	6.097	6.012

(a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional.

(b) Em 31 de dezembro de 2016 não ocorreram consolidações de propriedades na Financeira, apenas na sua controlada, no montante de R\$ 10.390. No Conglomerado o valor total dos imóveis retomados representa R\$ 11.174.

(c) Provisão de R\$ 729 para perda de imóveis consolidados na Financeira; e provisão na controlada por decisão da administração no montante de R\$ 1.795.

10 Investimentos - Individual

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Barigui				
Gestão de				
Recursos (a)				
Hipotecária (b)				
Total (*)				

Informações sobre a controlada:

Número de ações de capital	50.000	10.000.000	10.050.000	7.000.000
Patrimônio líquido:				
Capital social	50	10.000	10.050	7.000
Reserva estatutária e especial	-	-	-	-
Reserva legal	-	661	661	450
Reserva especial de lucros	-	3.934	3.934	4.001

Informações sobre o investimento na controlada:

Número de ações possuídas	25.050	9.400.000	9.425.050	6.580.000
Percentual de participação (%)	50,10%	94%	-	-

Movimentação dos investimentos no exercício:

Saldo inicial do exercício	-	10.764	10.764	6.613
Aquisição de empresa	35	-	95	-
Dividendos	-	(1.014)	(1.014)	(249)
Resultado de equivalência patrimonial	(35)	3.970	3.935	4.400
Saldo final do exercício	-	13.720	13.720	10.764

(*) O total apresentado em 31 de dezembro de 2015 compreende apenas a Barigui Companhia Hipotecária.

(a) Em 29 de novembro de 2016, a Barigui Financeira, adquiriu 50,10% de participação societária, junto à empresa Barigui Gestão de Recursos Ltda, com valor nominal das cotas correspondentes a R\$ 25.050,00 (vinte e cinco mil e cinquenta reais). A Barigui Gestão, tem como objeto social a administração de carteira de títulos e valores mobiliários. O resultado da equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2016, foi negativo no montante de R\$ 35, devido a fase pré-operacional da Barigui Gestão.

(b) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Barigui Companhia Hipotecária, na qual a Financeira detém participação de 94% do capital.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve aumento de capital social na controlada no montante total de R\$ 3.000 (três milhões de reais), com isso a participação societária da Financeira passou de R\$ 6.580, representada por 6.580.000 ações ordinárias, sem valor nominal para R\$ 9.400 (R\$ 2.820 em 31 de dezembro de 2015), representada por 8.400.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

11 Imobilizado de uso
Movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Individual				Saldo em
	31/12/2015	Adições	Baixas	(-) Deprec.	31/12/2016
Descrição					
Móveis e equipamentos de uso	394	25	(4)	-	415
Equipamentos de informática	652	83	(1)	-	734
Veículos	311	202	(143)	-	370
(-) Depreciação acumulada	(921)	-	82	(126)	(965)
Total	436	258	(65)	(126)	503

Movimentação Total 2015

	Conglomerado Financeiro				Saldo em
	31/12/2015	Adições	Baixas	(-) Deprec.	31/12/2016
Descrição					
Móveis e equipamentos de uso	406	39	(4)	-	441
Equipamento de informática	704	52	-	-	756

Veículos 311 202 (143) - 370
Gastos de organização e expansão 29 - - - 29
(-) Depreciação acumulada (964) 299 (65) (143) (1.025)
Total 486 299 (65) (143) 571

Saldo em
31/12/2014 Adições Baixas (-) Deprec. 31/12/2015

Movimentação Total 2015 476 95 - (85) 486

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram identificados indícios de impairment que necessitem de provisionamento para redução ao seu valor de recuperação.

12 Intangível
Demonstramos a movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Individual				Saldo em
	31/12/2015	Adições	Baixas	(-) Amort.	31/12/2016
Descrição					
Licenciamento e uso de software	391	23	-	-	414
(-) Amortização acumulada	(267)	-	-	(31)	(316)
Total	124	23	-	(31)	116

Saldo em
31/12/2014 Adições Baixas (-) Amort. 31/12/2015

Movimentação Total 2015 114 23 - (38) 104

Conglomerado Financeiro
31/12/2015 Adições Baixas (-) Amort. 31/12/2016

Descrição

Licenciamento e uso de software 442 66 - - 508
(-) Amortização acumulada (298) - - (38) (336)
Total 144 66 - (38) 172

Saldo em
31/12/2014 Adições Baixas (-) Amort. 31/12/2015

Movimentação Total 2015 144 66 - (38) 172

13 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos interfinanceiros e a prazo

	Individual e Conglomerado Financeiro				31/12/2015
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo
Depósitos interfinanceiros					
Depósitos a prazo	5.084	20.404	-	25.488	26.685
Total	5.084	20.404	-	25.488	28.795

b. Recursos de aceites e emissões de títulos

	Individual				31/12/2015
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo
Letra de câmbio					
Letras de Câmbio	10.616	51.627	155.854	218.097	171.969
Letras de Crédito Imobiliário	10.616	51.627	155.854	218.097	171.969
Circulante	-	-	82.243	44.370	-
Não Circulante	-	-	155.854	127.599	-

Conglomerado Financeiro
31/12/2015 Adições Baixas (-) Amort. 31/12/2016

Letras de Câmbio 10.616 51.627 155.854 218.097 171.969

Letras de Crédito Imobiliário 10.616 51.627 155.854 218.097 171.969

Circulante - - 82.243 44.370 -

Não Circulante - - 155.854 127.599 -

Reconciliação das despesas de captação com o resultado:

	Individual				Conglomerado Financeiro
	2º sem 16	31/12/16	31/12/15	2º sem 16	31/12/16
Despesas depósitos interfinanceiros	(198)	(1.144)	(3.006)	(361)	(1.246)
Despesas depósitos a prazo	(1.888)	(3.796)	(7.092)	(1.888)	(3.796)
Despesas aceites bancários	(15,88)	(29,257)	(21,417)	(15,346)	(29,257)
Despesas juros de crédito imobiliário	(10,446)	(21,807)	(15,599)	(10,446)	(21,807)
Despesas juros financeiros subordinadas (nota 16)	(49)	(98)	(93)	(49)	(98)
Contribuição ao FGC	(268)	(515)	(603)	(391)	(759)
Outros	(112)	(172)	(68)	(252)	(312)
Total	(17.349)	(34.982)	(32.279)	(28.782)	(57.275)

14 Obrigações fiscais e previdenciárias

	Individual				Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Imposto de renda					
Contribuição social	112	-	1.421	1.589	-
Impostos e contribuições	99	-	606	576	-
Imposto de serviços de terceiros	13	17	27	69	-
Impostos e contribuições s/salários	270	264	350	295	-
Outros	648	479	223	312	-
Total	1.549	1.044	2.647	2.841	-

15 Outras obrigações - Diversas

	Individual				Conglomerado Financeiro
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Circulante					
Despesas de pessoal	335	371	509	446	-
Outros provisos	656	517	1.367	1.016	-
Cretores diversos - país (a)	3.069	1.158	5.769	3.258	-
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	-	-	-	-	-
Total	4.060	14.912	7.645	14.912	-
Não circulante					
Provisões para contingências (nota 17)	782	409	847	464	-
Cretores diversos - país (a)	782	409	3.038	1.852	-
Total	1.564	818	4.309	2.740	-

(a) O saldo em "cretores diversos - país" no individual está basicamente composto por: (i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 3.067 (R\$ 1.003 em 31 de dezembro de 2015); (ii) R\$ 2 referem-se a contratos a liberar (R\$ 76 em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente, no conglomerado financeiro, refere-se principalmente a valores de contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 1.958 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2015); (iii) a parcelas de seguros (DF e MIP) a repassar no montante de R\$ 79 (R\$ 86 em 31 de dezembro de 2015); (iv) recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas (R\$ 1.674 (R\$ 1.716 em 31 de dezembro de 2015), sendo que o seguro no montante de R\$ 458 (R\$ 309 em 31 de dezembro de 2015) será repassado às seguradoras e a taxa de administração no montante de R\$ 1.033 (R\$ 896 em 31 de dezembro de 2015) será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato, equalização de taxas no montante de R\$ 34 (R\$ 191 em 31 de dezembro de 2015), deságios das

19 Transações entre partes relacionadas
As transações com partes relacionadas foram as seguintes:

	Individual				Conglomerado Financeiro			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Descrição								
Recursos Fiscais								
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	15.672	(1.218)	(2.322)	-	13.860	(2.152)	-
Letra de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	44.330	(2.989)	(5.734)
Remuneração administradores	-	-	(375)	(678)	-	-	(159)	(478)
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	2.026	(1.187)	(2.243)	-	847	(2.243)	(1.187)
Obrigações vinculadas a cessão de crédito Barigui Companhia Hipotecária	-	-	-	-	-	-	(4.326)	(647)
Depósitos interfinanceiros	17.328	-	376	759	9.823	-	1.059	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	8	-	36	72	14	-	(72)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	919	(538)	(1.017)	-	384	(747)	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	10.100	(683)	(1.261)	-	7.137	(840	

Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Barigui Correlora de Seguros	-	6.224	(456)	(857)	-	5.462	(698)	-	6.224	(456)	(857)	-	5.462	(698)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Center Automóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Espaço Automóveis Ltda	-	5.791	(405)	(405)	-	5.013	(661)	-	5.791	(405)	(405)	-	5.013	(661)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) A Incorporações Ltda	-	7.462	(522)	(1.001)	-	6.461	(917)	-	7.462	(522)	(1.001)	-	6.461	(917)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Barigui Securitizadora S.A	-	4.339	(304)	(583)	-	3.756	(480)	-	4.339	(304)	(583)	-	3.756	(480)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Prestação de serviços correspondente bancário	-	1.109	(80)	(114)	-	679	(86)	-	1.109	(80)	(114)	-	679	(86)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Amambay Participações Ltda	-	7	-	-	-	7	-	-	365	1	7	-	(307)	(124)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Fórmula Automóveis Ltda	-	494	(37)	(85)	-	1.127	(127)	-	494	(37)	(85)	-	1.127	(127)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Instituto Barigui	-	7.980	(559)	(1.107)	-	12.037	(1.537)	-	7.980	(559)	(1.107)	-	12.037	(1.537)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Marumbi Investimentos Ltda	-	602	(42)	(95)	-	807	(62)	-	602	(42)	(95)	-	807	(62)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	61	(15)	(39)	-	169	(8)	-	61	(15)	(39)	-	169	(8)

20 Política de remuneração
 A Financeira remunera um só membro de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é natural e variável, contemplando parcela variável. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está representado por R\$ 375 e R\$ 678 respectivamente (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2015) e no Conglomerado Financeiro R\$ 478 e R\$ 881 respectivamente (R\$ 276 em 31 de dezembro de 2015).

21 Despesas administrativas

Individual	Conglomerado Financeiro		
	2º sem 2016	3º sem 2016	3º sem 2015
Despesas de aluguel	172	114	110
Despesas de comunicação	(139)	(326)	(391)
Despesas com processamento de dados	(296)	(555)	(429)
Despesas com relações públicas	(11)	(20)	(37)
Despesas com propaganda e publicidade	(89)	(88)	(105)
Despesas de seguros	(329)	(587)	(121)
Despesas de serviço sistema financeiro	(116)	(283)	(352)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(2.879)	(6.062)	(6.047)
Despesa com serv. líc. especializados	(383)	(966)	(1.247)
Despesas com depreciação/amortização	(86)	(157)	(163)
Despesas com viagens	(155)	(279)	(309)
Despesa de transporte	(38)	(100)	(99)
Despesa judicial e cartório	(25)	(48)	(89)
Despesas com consultas SP/SerCo	(30)	(64)	(121)
Outras despesas	(920)	(730)	(692)
Total	(4.878)	(10.326)	(10.117)

(a) No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refere-se substancialmente à (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no montante de R\$ 2.059 e R\$ 4.483 respectivamente (R\$ 4.285 em 31 de dezembro de 2015) e no conglomerado R\$ 3.918 e R\$ 8.216 (R\$ 6.515 em 31 de dezembro de 2015), (ii) referente à assessoria de cobrança R\$ 311 e R\$ 616 (R\$ 819 em 31 de dezembro de 2015) e no conglomerado R\$ 1.049 e R\$ 2.228 (R\$ 1.680 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) referente à custos de repasse a Adquirentes públicos R\$ 365 e R\$ 510 (R\$ 730 em 31 de dezembro de 2015).

22 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

Individual	Conglomerado Financeiro		
	2º sem 2016	3º sem 2016	3º sem 2015
Imposto de renda corrente	(306)	(407)	(24)
Contribuição social corrente	(272)	(361)	(6)
Total	(578)	(768)	(30)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(693)	(92)	(273)
Total	(1.271)	(886)	(303)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

Individual	3º sem 2016	3º sem 2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	5.930	8.242
Juros sobre Capital Próprio	(1.725)	(2.398)
Participação dos Empregados	(207)	(359)
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social	3.998	6.185
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(1.799)	(2.783)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	-	-
Adições Temporárias	-	(628)
Adições Permanentes	(3)	(3)
Exclusões	-	-

À Média Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP") convertida na Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota de Contribuição Social para 20% com vigência em 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016. O aumento dos saldos de créditos tributários decorrentes dessa majoração de alíquota foi no montante de R\$ 308 e terá sua realização de acordo com o estudo dos créditos tributários, elaborados pela Administração, estando fundamentados na Resolução CMN nº 3.059 e Circular nº 3.171, nas quais foram cumpridos os requisitos estabelecidos nas normas do Banco Central do Brasil para ativos fiscais diferidos.

O efeito da majoração da alíquota não se aplica para a controlada.
b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados

Equivalência

Alteração alíquota CSLL - Imposto Corrente	518	1.786	1.980
Alteração alíquota CSLL - Créditos Tributários	-	-	26
Deduções por incentivos fiscais/outras	19	19	-
Outros	687	213	873
Impostos de Renda e Contribuições Social	(578)	(768)	(30)

2º Sem 2016

Individual	3º Sem 2016	3º Sem 2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	6.599	12.240
Juros sobre Capital Próprio	(1.725)	(2.398)
Participação dos Empregados	(396)	(642)
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social	4.478	8.338
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(2.015)	(3.752)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	-	-
Adições Temporárias	(449)	(2.580)
Adições Permanentes	(24)	(24)
Exclusões	-	-
Equivalência	518	1.786
Deduções por incentivos fiscais	122	122
Alteração alíquota CSLL - Imposto Corrente	-	-
Alteração alíquota CSLL - Créditos Tributários	411	813
Outros	-	-
Impostos de Renda e Contribuições Social	(1.437)	(3.635)

c. Movimentação dos créditos tributários:

Individual	3º Sem 2016	3º Sem 2015
Saldo Inicial	31/12/2015	31/12/2016
Constituição	(Reversão)	Saldo final
Imposto de renda	845	456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100	94
Outras provisões	222	165
Créditos Tributários de IRPJ	1.167	715
Contribuição social	689	316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	82	74
Outras provisões	181	130
Créditos Tributários de CSLL	952	560
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	1.275

Imposto de renda

Individual	3º Sem 2016	3º Sem 2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.892	983
Provisão para contingências	114	109
Outras provisões	342	690
Créditos Tributários de IRPJ	2.348	1.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.072	539
Provisão para contingências	87	79
Outras provisões	225	219
Créditos Tributários de CSLL	1.384	836
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	2.718

Imposto de renda

Individual	3º Sem 2016	3º Sem 2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.892	983
Provisão para contingências	114	109
Outras provisões	342	690
Créditos Tributários de IRPJ	2.348	1.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.072	539
Provisão para contingências	87	79
Outras provisões	225	219
Créditos Tributários de CSLL	1.384	836
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	2.718

Imposto de renda

Individual	3º Sem 2016	3º Sem 2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.892	983
Provisão para contingências	114	109
Outras provisões	342	690
Créditos Tributários de IRPJ	2.348	1.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.072	539
Provisão para contingências	87	79
Outras provisões	225	219
Créditos Tributários de CSLL	1.384	836
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	2.718

Imposto de renda

Individual	3º Sem 2016	3º Sem 2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.892	983
Provisão para contingências	114	109
Outras provisões	342	690
Créditos Tributários de IRPJ	2.348	1.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.072	539
Provisão para contingências	87	79
Outras provisões	225	219
Créditos Tributários de CSLL	1.384	836
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	2.718

Imposto de renda

Individual	3º Sem 2016	3º Sem 2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.892	983
Provisão para contingências	114	109
Outras provisões	342	690
Créditos Tributários de IRPJ	2.348	1.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.072	539
Provisão para contingências	87	79
Outras provisões	225	219
Créditos Tributários de CSLL	1.384	836
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	2.718

Imposto de renda

Individual	3º Sem 2016	3º Sem 2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.892	983
Provisão para contingências	114	109
Outras provisões	342	690
Créditos Tributários de IRPJ	2.348	1.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.072	539
Provisão para contingências	87	79
Outras provisões	225	219
Créditos Tributários de CSLL	1.384	836
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	2.718

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVO LUIZ ROVEDA Presidente	ENIO FORNEA JUNIOR Vice Presidente	FELIX ARCHANJO BORDIN Conselheiro	ANTÔNIO BORDIN NETO Conselheiro	PAULO DE PAULA ABREU Conselheiro	RODRIGO O. DE ARAÚJO PINHEIRO Conselheiro	CRISTIANE APARECIDA DAMIRAT Contadora CRC PR 063968-0-2
-------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------	-------------------------------------	--	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Conselho de Administração da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
 Curitiba - PR

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 4 seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Nosso objetivo ao obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, é emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Nossa opinião sobre a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

· Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

· Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

CONGLOMERADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporária	1.317	648	1.058	3.023
Valor Presente	1.159	501	720	2.381
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporária	607	502	390	1.584
Valor Presente	712	388	289	1.285

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 13,65% (Selic).
 A Financeira e a sua controlada não deixaram de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2016 e 2015.

23 Patrimônio líquido exógeno (Acordo da Basileia) - Conglomerado Financeiro
 As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 10,5% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar para Basileia III, conforme determinado pela Resolução 4.192/2013, com nova metodologia de mensuração, análise e administração do risco contábil e do risco operacional. Este índice em 31 de dezembro de 2016 atingiu 16,95%, representativo do Conglomerado Barigui, atendendo preceitos regulamentares.

	31/12/2016
--	------------